

MULHERES E NEGRITUDE: NOVA YORK, SHARPEVILLE E BRASIL

Cristino Cesário Rocha¹

O objetivo desse texto é o de fomentar um debate sobre o que se faz e poderia fazer ao lidar com a violência contra populações negras e mulheres. É importante avaliar se adota momentos estanques e estandardizados, a título de desencargo de consciência ou se oportuniza uma reflexão permanente no sentido de promover alterações substanciais no indivíduo, na família, na sociedade e outras instituições. Fazer a discussão é um dos meios para a alteração das mentalidades, mas não é o suficiente.

Ir às ruas, mostrar faixas com dados sobre a violência e vestir camisetas com dizeres e outras práticas que revelam o desejo de mudança são significativos, mas precisa-se avançar na direção de outras ações capazes de impactar mais profundamente no seio de uma sociedade machista-racista. A praticidade ancorada numa proposta de ação levada a sério tem um sentido complementar a um discurso político-libertador. Nesse patamar de compreensão articulam-se dialogicamente a consciência, o acontecimento e a proposta de mudança.

Há sempre uma situação/acontecimento que marca a emergência dos movimentos sociais reivindicatórios. Isso significa dizer que não há desejo de transformação social, política, econômica, cultural, educacional, religiosa e ética em abstrato, o que revela ser a consciência profundamente concreta, ou seja, a partir de um lugar essencialmente vital, no chão da historicidade e das produções, assimilações e apropriações culturais. A busca de referenciais para fortalecer a luta contemporânea, longe de qualquer sectarismo, ajuda na compreensão das vicissitudes do passado, do presente e na superação da desumanidade que tende a agredir e destruir todas as formas de vida.

¹ Cristino Cesário Rocha é professor de Filosofia e Sociologia da rede pública de ensino do Distrito Federal. Possui formação filosófica nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das Faculdades Associadas do Ipiranga – São Paulo. Formação Teológica no Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – Goiânia. Pós-Graduação em Administração da Educação – UnB. Pós-Graduação em Culturas Negras no Atlântico: História da África e Afro-brasileiros – UnB. Pós-Graduação em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos - UnB. Pós-Graduação em Educação, Democracia e Gestão Escolar Unitins/Sinpro-DF. Texto. E-mail: rocha.cristino@yahoo.com.br

O tripé acontecimentos, consciência e luta articula-se dentro de movimentos sociais reivindicatórios, sendo difícil dissociar uma pauta específica da luta conjunta. O tema em evidência, a ser socializado, traz de maneira explícita essa compreensão e Alves (2003:07) sinaliza que há momentos fortes de aproximação entre diferentes grupos sociais:

O feminismo ressurge num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, rompendo seu silêncio, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais, se organizam em torno de sua especificidade e se complementam na busca da superação das desigualdades sociais. Essa complementação não implica em uma fusão de tais movimentos, que mantém sua autonomia e suas formas próprias de organização. Entretanto, não são movimentos desvinculados entre si, pois as fontes da discriminação não são isoladas. Existem, nesse sentido, conexões significativas entre tais movimentos, que se somam na busca de uma nova sociedade.

A aproximação entre feminismo, negritude, movimento LGBT e ecologistas não é simplista, nem pautada em uma casuística/modismo. Trata-se de um compromisso com a defesa de interesses nobres como a Vida, a Terra, a Justiça Social, Direitos Humanos, Cidadania Ativa e Cultura de Paz. É preciso pontuar um aspecto em Alves que me parece controvertido dentro dos movimentos sociais, a ideia de *minorias*². Ao considerar que a opressão não esteja atrelada somente ao aspecto econômico, Alves dialoga com o pensamento de Freire (2011:48), quando deixa evidente como uma sociedade pode operar de maneira dialética, evitando a visão mecanicista:

Só um mecanicista terá dificuldades em entender que a supraestrutura não se transforma automaticamente com a mudança da infraestrutura. A transformação de uma sociedade será, por isso mesmo, tão mais radical quanto seja um processo infra-estrutural que toma, assim, a estrutura como a dialetização entre a infra e a supraestrutura.

² Há uma contestação do Movimento Negro Brasileiro e de outros sujeitos de direitos diante do uso do termo *minorias*. De acordo com a compreensão corrente dentro dos referidos movimentos sociais, o negro/a não é minoria, mas maioria, dada a sua extensão (quantidade) e ao mesmo tempo, considera minoria um termo pejorativo no tratamento de populações negras e outros segmentos. Entretanto, o uso e sentido têm um caráter sociopolítico que remete a grupos e pessoas discriminados, excluídos e postos a margem dos direitos sociais, civis e políticos. Nesse patamar de compreensão minoria não é um quantitativo, mas uma condição da existência forjada nas relações de poder.

Essa dialetização permite rever o sentido e ênfase que se tem dado a um único aspecto, ora apenas centrado no econômico, ora centrado no sociocultural. A realidade de populações negras e de mulheres coloca em discussão o fato de se conceber o modo de produção da existência na linha de frente e causa única de todas as mazelas desses segmentos. Um país de maioria negra e de mulheres precisa rever as diversas epistemologias, bem como a concepção de pessoa, sociedade, história, modos de produção e culturas.

Há um ponto de partida que não se pode deixar de evidenciar ao tratar das mulheres e de populações negras, expressamente atravessadas por questões identitárias: Esses segmentos são maioria no Brasil, mas ainda convive com profundas assimetrias socioeconômicas, de gênero, étnico-raciais, educacionais e políticas, e de forma perversa, violado direitos, inclusive à vida digna. País de maioria negra e de mulheres coloca em xeque o tipo de política pública (se meramente universalista), a maneira como se organiza a sociedade e a economia, como se produz culturas e como se estabelecem as relações étnico-raciais e de gênero.

Essa constatação não é ufanismo, mas um dado que merece maior atenção no sentido de uma política pública mais efetiva para mulheres e negros (as) e de mudanças culturais. Isso significa que não basta uma festa para dar rosas, sem perda de sentido desse gesto. É preciso avançar na construção de um mundo mais justo, humanizado e fraterno. Não dá mais para negligenciar a dignidade humana e Henriques (2007:15) alerta para o fato de se deixar de lado aspectos importantes das relações de gênero:

Atualmente, são diversos os fatores que demandam da sociedade brasileira a constituição de uma agenda social, política e educacional que, além de não mais negligenciar questões relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo, as situe entre suas prioridades e as contemple a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos.

Gênero, identidade de gênero e orientação sexual são três dimensões de um mesmo horizonte reflexivo: ser homem e ser mulher são construções histórica, cultural e intrapessoal. É sentimento de pertença ao que se acredita como parte de sua história, cultura, religiosidade, sexualidade e ancestralidade. Nascer é uma realidade inegável, pois todos os viventes passam por essa necessidade/possibilidade, mas cada ser vai se

fazendo, dando conteúdo e forma ao ato de existir. O que não se tem controle absoluto é do tempo-espaço, desejos, escolhas, representações e identificações/apropriações de cada ser no mundo. Nascer é fato, tomar um rumo no percurso da existência é outra possibilidade e condições da existência.

Do ponto de vista conceitual, gênero não está atrelado apenas ao aspecto biológico, o que implica na crença de que o determinismo biológico tenha sido superado ou pelo menos em estágio de superação gradual e contínuo, tanto ao tratar de questões étnico-raciais quanto ao lidar com questões de gênero, orientação sexual e outras identidades humanas e culturais.

É o que Louro (2011: 25) articula em duas dimensões, ao enfatizar o gênero como *conceito que serve como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política*. Aliás, nenhum determinismo ajuda no entendimento da pessoa humana como ser integral. Deve-se superar o determinismo biológico/funcional, não a condição biológica inerente a todas as espécies humanas e não humanas. Há outros determinismos também inadequados quais sejam geográfico, cultural, social, econômico e educacional.

A condição de ser mulher não é apenas um atributo da genitália, da mesma forma que o ser homem. Não se é homem porque tem pênis, escroto e ejacula. Em uma perspectiva machista, racista, sexista, homofóbica e hetero - normativa a concepção de pessoa é baseada na exclusão, no preconceito, na discriminação e unidimensionalidade do ser, diferente de uma percepção da pessoa como ser integral que merece ser acolhida com suas múltiplas identidades e alteridades. O dia Internacional da mulher provoca um debate muito importante sobre o desdobramento das relações homem-mulher no trabalho, na família, no grupo de amigos (as), no poder público, nas religiosidades e outros.

O dia internacional da mulher³, celebrado e/ou apenas lembrado em vários cantos do mundo não pode ser visto apenas como uma data episódica, em que se recorda de um fato fixado em calendário. Da mesma forma, o dia internacional de luta contra a discriminação racial⁴ precisa ser pensado a partir de uma pergunta: o que se faz durante

³O contexto do dia internacional da mulher lembra crítica e revolucionariamente as condições de trabalho, frequentemente insalubres e perigosos, provocando diversos protestos. No caso brasileiro contemporâneo, a luta da mulher se estende para além do mundo do trabalho, assumindo contornos políticos, culturais e educacionais.

⁴SHARPEVILLE lembra a articulação corajosa de populações negras sul-africanas. No dia 21 de março de 1960, ocorreu na cidade de Sharpeville, na África do Sul, um protesto, realizado pelo Congresso Pan-Africano. O protesto se posicionava contra a Lei do Passe, que obrigava os negros da África do Sul a

o ano para educar as relações étnico-raciais, superar o racismo e a violência contra mulheres, em uma luta conjunta? Uma crítica necessária precisa ser feita sobre usos e sentidos do dia internacional da mulher. Em muitos casos se minimiza o significado dentro de determinadas relações, e Santayana (2013: 05) aponta elementos que elucidam esse entendimento:

O Dia Internacional da mulher, escolhido para lembrar a resistência feminina contra o trabalho quase escravo a que foram submetidas no liberalismo da Revolução Industrial do século 19, se tornou data de festinhas em escritórios e pátios de fábrica, com refrescos e bolinhos, e flores oferecidas pelos chefes às secretárias.

Seguramente a festa com comidas e bebidas tem seu significado, em que pese a lembrança de fatos indesejados. Entretanto, é importante dar conta de outro sentido que extrapola o nível da celebração que faz do fato um mero consumo. Ao celebrar não se pode deixar de lado o que há de mais importante: o fato valorizado e a expressão significativa. É a mulher, em sua trajetória de luta e não propriamente o sofrimento, que faz da festa um momento de transmutação de lembranças dolorosas. O que se quer dizer em essência é que a festividade não pode abafar e/ou banalizar o sofrimento perpetrado por estruturas de poder opressivas, cujas relações de opressão necessitam ser suprimidas.

Ao fazer memória apenas com bolos, bebidas e presentes ou mesmo trazendo a dor à tona pode não ser proveitoso e até mesmo, poderá enfatizar o sofrimento como fato valorizado e como expressão significativa no lugar da grande luta como força histórica. Sofrimento enfatizado e sem proposição que transforma torna-se dupla opressão, a que vivenciou e a que se retroalimenta.

Nova York, Sharpeville e Brasil são localidades que exprimem mais do que um ponto geográfico, porque remete a experiências de mulheres e de populações negras

usarem uma caderneta na qual estava escrito onde eles deveriam ir. A polícia sul-africana conteve o protesto de cinco mil manifestantes com rajadas de metralhadora, matando 69 pessoas e deixando 180 feridas. Esse acontecimento não pode ser lembrado apenas como data mecanicamente estabelecida em calendário. Cabe uma educação contínua sobre a significação de pessoa e de mundo na perspectiva de gênero em sua dimensão mais ampla, dentro e fora da escola.

marcadas por massacres e lutas. As condições socioeconômicas de populações negras e de mulheres no mundo e Brasil, em sua particularidade, colocam em evidência um fato de inteira importância: só quem sente sabe a necessidade da superação de todas as formas de violência.

O atentado à vida em contexto de reivindicações de direitos torna presente o seu valor que não tem fronteira geopolítica, religiosa, cultural e social. Ao ferir a dignidade humana, seja em sua condição social, seja na perspectiva de etnia/raça e de gênero, quebra-se com a lógica da solidariedade, do respeito e do humanismo. Educar para novas relações torna-se um imperativo na escola, na família, nos movimentos sociais, nas religiosidades e demais espaços onde a vida humana se faz presente permeada por relações de poder.

Mulheres e Negritude⁵ apontam para uma dupla realidade, distinta enquanto demandas e muito próximas no que tange ao objetivo comum: luta pela dignidade reconhecida e exercitada. Sinais de esperança se misturam com instrumentos que ceifam vidas. Na condição de mulher e negra, abre-se um campo que articulam gênero e negritude e sendo mulher, empobrecida e negra, articulam-se necessariamente classe social, negritude e gênero.

A adoção do termo negritude, em sua amplitude política, abarca sujeito de direitos com suas culturas, sexualidade, religiosidades, espiritualidades, formas de organização sociopolítica e econômicas e cosmologias/cosmogonias. Munanga (2009:20) alarga a ideia sobre negritude, articulando consciência, organização e luta:

⁵ O termo negritude tem dois sentidos em Zilá Bernd: em sentido lato, negritude é utilizada para referir a tomada de consciência de uma situação de dominação e de discriminação, e a consequente reação pela busca de uma identidade negra. Nesta medida, podemos dizer que houve negritude desde que os primeiros escravos se rebelaram e deram início aos movimentos conhecidos por marronnage, no Caribe, cimarronage, na América Hispânica, e quilombismo, no Brasil, iniciados após a chegada dos primeiros negros na América. Em um sentido restrito, negritude refere-se a um momento pontual na trajetória da construção de uma identidade negra, dando-se a conhecer ao mundo como um movimento que pretendia reverter o sentido da palavra negro, dando-lhe um sentido positivo.

Tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade pelo mundo ocidental, a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. Consequentemente, tal afirmação não pode permanecer na condição de objeto e de aceitação passiva. Pelo contrário, deixou de ser presa do ressentimento e desembocou em revolta, transformando a solidariedade e a fraternidade em armas de combate. A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. Vista desse ângulo, para as mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do mundo cujas plenas revalorização e aceitação da sua herança africana faz parte do processo do resgate de sua identidade coletiva, a negritude faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda em atualidade.

Negritude em Munanga dialoga com a concepção de Bernd (1988), quando ambos reiteram a ampla noção terminológica situada em uma história que remete a memória enquanto crítica do passado e do presente, apontando elementos novos que refazem o caminho de quem foi e continua sendo refém de violências estruturais e raciais. Munanga não acredita ser a negritude campo essencialmente biológico e que tenha um sentido meramente cultural e de pigmentação da pele.

Em sentido mais amplo não há divórcio entre classe social, etnia/raça e gênero. O andar da história da humanidade tem demonstrado que não há condições básicas, nem justificativas reais e convincentes para acreditar que o racismo e o machismo sejam decorrentes apenas de questões de classe social. Há injunções de toda ordem ao lidar com problemas étnico-raciais e de gênero.

A violência contra mulheres, perpetrada por empresários de uma fábrica de tecidos em Nova York, em 1857, bem como a chacina de negros (as) em SHARPEVILLE, África do Sul, em 1970 e o ataque covarde à Maria da Penha no Brasil, em 2009, pelo próprio marido, são mostras de uma necessidade e urgência de políticas públicas protetivas, de prevenção e combate a qualquer tipo de violência contra populações negras e mulheres e, sobretudo de um resgate do opressor por meio de educação de qualidade social.

Todas as experiências de mulheres e populações negras no Brasil têm indicado que se convive, a rigor, com o que a ONU/OMS intitulam de *violência epidêmica*⁶. A expressão não pode ser negligenciada, seja do ponto de vista da violência geral em termos planetários, seja perpetrada contra populações negras e mulheres. Esse organismo internacional (ONU) precisa ser mais atuante, saindo do mero compromisso formal de protocolar tratados e convenções na direção de uma efetiva intervenção nas várias faces da violência no mundo.

É salutar também perceber que a dita violência epidêmica, atribuída aos países da América Latina pode ser interpretada em duas frentes: uma ideológica, em que a ONU/OMS representam o status quo dominante, veiculando uma ideia que particulariza/regionaliza a violência que é planetária, além de serem pouco efetivas no enfrentamento das violências mundiais e locais e a de caráter contextual, a que revela a nudez dos fatos, não podendo ocultá-los por mecanismos arbitrários.

Por outro lado, a visibilidade dos fatos não pode ser traduzida como um fato meramente televisionado, em que se acumula riqueza por meio da dor humana. Um terceiro elemento pode ser elucidativo diante do fato noticiado por esses organismos internacionais: pode se tratar de violências perpetradas pela hegemonia de estados autoritários e sanguinários, inclusive com a omissão da ONU/OMS, portanto uma violência nitidamente institucional e institucionalizada.

Por muitos séculos e ainda hoje, convive-se com o ataque às populações negras e às mulheres, em níveis locais, regionais e no mundo, em sentido mais amplo. A violência contra mulheres funde-se à violência às populações negras, mudando apenas as circunstâncias e formas. Essa realidade deixa bem evidente que populações negras

⁶De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a América Latina apresentou aumento em seu índice de violência entre 2000 e 2010, registrando em 11 nações 10 assassinatos em cada 100 mil habitantes, em média, uma cifra considerada “epidêmica” pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dados do relatório apontam que 11 países da região – Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Venezuela apresentam altos níveis de homicídios, ou seja, mais de 10 assassinatos em cada 100 mil habitantes. A lista é liderada por Honduras, com uma cifra de 77,5 mortes, sendo que o menor índice de violência foi registrado no Chile onde, em média, 2 em cada 100 mil habitantes são assassinados. O Brasil encontra, por sua vez, com 15,5 homicídios a cada mil habitantes. Esse quadro traumático inclui também a morte de populações negras e de mulheres, o que se pode falar de femicídio e negricídio.

têm muito em comum com as mulheres e de uma maneira muito especial, com as mulheres negras.

O acontecimento de Nova York, quando 127 mulheres foram assassinadas em contexto de trabalho, deixa de ser restrito, na medida em que em todo o globo ainda conviva com agressão de toda ordem, a começar pelo espaço doméstico e por quem menos poderia esperar tais violências, o marido, que tem substituído o companheiro. Esse acontecimento coloca em evidência outro também importante a ser lembrado e mais do que isso, superado do ponto de vista prático: Violência contra mulheres no Brasil, sendo Maria da Penha uma das expressões emblemáticas de luta pela proteção e respeito às mulheres.

Trabalho é lugar de profundas contradições, de relações de poder e de articulação/sistematização de reivindicações. É nesse espaço que se pensa a prática e age com reflexividade. Sendo assim, mulheres e homens devem fazer do trabalho recriação de sentidos, em que o valor-mercado do ponto de vista empresarial entra em confronto/oposição com o valor-simbólico de quem muitas vezes trabalha sob a lógica da opressão. É a luta não apenas de classes, mas de tipos de concepções sobre a vida que está em jogo.

A situação de Maria da Penha⁷, daí a Lei com o seu nome, reflete bem a emergência e urgência de um marco legal que traz ao debate em todos os espaços, inclusive ao escolar, sobre a importância de se instituir e efetivar uma lei que assegure e garanta a proteção de mulheres vítimas de violência.

A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 é apenas uma das possibilidades de conter violência contra mulheres. Entretanto, apesar da aposta no marco legal, não é tudo, vez que lei por si só tem valor para o papel e a tinta, menos para o sujeito que sente a necessidade de ser protegido (a). Em nenhum canto do mundo se teve a notícia que uma caneta e um papel tenham emancipado homens e mulheres, particularmente negros (as). Quem se pretendeu “*libertadora dos escravos*” já teve seu repertório invalidado pelo próprio andamento da história de populações negras, que desde a

⁷ Maria da Penha Maia Fernandes, a Maria da Penha em razão da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. É biofarmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Ela é uma vítima emblemática da violência doméstica e referência de enfrentamento contra todo tipo de violência contra mulheres. É importante que se busque formas alternativas de superação da violência contra mulheres, sendo a educação da sociedade para o humanismo uma das condições para a possível alteração das relações de gênero.

promulgação da Lei Áurea, perambulava e muitos ainda perambulam sem rumo, sem terra e sem trabalho dentro de uma “liberdade” sem exercício da cidadania e sem compartilhar direitos e dignidade humana.

Fato de inteira significação é o avanço dos princípios da Lei Maria da Penha. O livreto publicado pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (2012:10) apresenta uma novidade trazida pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2012:

A partir de então, qualquer testemunha (amigos, filhos, vizinhos e parentes) pode noticiar violência doméstica à autoridade competente quando os fatos comprovem lesão corporal. Além disso, a mulher não poderá mais retirar o processo, pois ele será mantido mesmo que ela desista de acusar o agressor.

Ao determinar a possibilidade de outras pessoas fazerem a denúncia diante de violência doméstica, a mulher poderá alcançar uma libertação de seu jugo sem estar diretamente sob pressão do agressor. Fato também relevante é a impossibilidade de se retirar queixa de processo em andamento. Isso significa dizer que se estende o compromisso com a vítima e ao mesmo tempo coloca o agressor em situação de efetiva responsabilidade com o seu ato.

É importante ter a noção básica de que não se liberta com tintas e papéis, nem com o silêncio das vítimas, nem tampouco com a omissão de quem pode marcar uma posição em favor de pessoas em situação de vulnerabilidade. Emancipação/libertação é fruto de um desejo pessoal, articulado com outras forças, sem as quais o sujeito que luta cairia em um mero espontaneísmo.

A luta das mulheres por melhores condições de vida já deve começar na família, quando se depara com relações opressivas. É preciso, no âmbito do espaço doméstico, perceber atitudes e práticas neocoloniais recrudescidas e desarticulá-las. Divide-se didaticamente em dois momentos fortes, as atitudes e práticas dos filhos e as dos maridos.

No que diz respeito às atitudes dos filhos, observa-se no dia a dia alguns elementos que merecem um rigor interventivo: filhos que jogam tênis e toalhas em qualquer lugar e esperam que a mãe ou a irmã recolham; o filho que não lava seu tênis, atribuindo a mãe e a irmã o dever de lavá-lo; o filho que não escuta a mãe e escuta o pai, revelando machismo ao dar preferência ao pai etc.

Do mesmo modo, atitudes e práticas do marido e pai ao mesmo tempo denotam machismo no interior do lar: exige roupa limpa e passada nas mãos; a crença de que a mulher do lar não trabalha; toma decisão sem a participação da esposa; exige que a esposa sirva a comida no prato; esposa que banca todas as despesas da casa sem o compromisso efetivo do marido (marido sanguessuga); não compromete com os estudos dos filhos/as, a pretexto de que educação dos filhos seja coisa de mulher, além de considera a mulher a única detentora do cuidado; não aceita a esposa trabalhar, assumindo para si o provedor da casa, ainda que de forma precária; quando a esposa trabalha, o marido não ajuda nas tarefas de casa, sobrecarregando e escravizando a esposa; não aceita que a esposa estude, principalmente se ele tiver uma escolarização muito abaixo da média; dissemina a ideia estereotipada de que *homem, que é homem, não chora*; defende o ideário de que *há trabalho de homem e trabalho de mulher* e outras atitudes e práticas que afetam a convivência respeitosa e baseada na ajuda mútua. Nascimento (2003:58) faz uma crítica ao racismo que opera na vida das pessoas ancorado por determinações ocidentais, podendo atravessar diversas identidades:

Além de operar desigualdades sociais, o racismo cumpre funções mais amplas de dominação como ideologia de hegemonia ocidental que transmite e reproduz o processo de desumanização dos povos dominados.

Essas e outras atitudes e práticas atinentes às populações negras se estendem às mulheres e crescem na direção de violências físicas, psicológicas e em última instância, produzem morte. O crescimento da violência pode ser sutil, amenizado e com feição de ternura. Receber uma rosa no dia do aniversário, dia internacional das mulheres e no dia das mães pode ser tudo se não fosse acompanhado de objetos de uso doméstico e do corpo da mulher/mãe e esposa colado no fogão e na pia de louça. Veja que dominação

como ideologia de hegemonia ocidental atravessam etnia/raça, religiosidades, sexualidades, orientação sexual, identidades de gênero etc.

A tentativa de controle sobre o corpo da mulher sempre esteve presente na sociedade brasileira desde tempos remotos, particularmente no contexto colonial. Del Priore (2011:28) identifica a situação da mulher desde a prática católica colonial e colonizadora:

Apesar da pobreza material que caracterizava a vida diária no Brasil colônia, a preocupação feminina com a aparência não era pequena. Mas vivia sob o controle da Igreja. A mulher, perigosa por sua beleza e sexualidade, inspirava toda sorte de preocupações dos pregadores católicos. Não foram poucos os que fustigaram o corpo feminino, associando-o a um instrumento do pecado e das forças diabólicas que ele representava na teologia cristã.

O modo de pensar/viver colonial ainda se faz presente na contemporaneidade, mudando apenas os sujeitos, as instituições e o tempo. A preocupação com a aparência cresceu, de tal maneira que a indústria de cosméticos tem elevado tanto a produção quanto a venda; consumo de cosmético tem se confundido com a beleza; o controle da igreja católica evidenciado por Priore foi substituído pelo controle midiático e do marido e a grande mídia apropria do corpo feminino como um produto a ser comercializado, abafando a dimensão integral da pessoa humana.

Em outra perspectiva o marido tende a manter o corpo feminino prisioneiro de seus caprichos e desejos. A teologia cristã que vivia o conflito entre desejar a mulher (padres) que tinham dificuldade de vivenciar o celibato e a diabolização do corpo feminino perdeu a força, mas mudou de direção ao pregar que a mulher deva ser uma figura controlada pelo marido (submissa), ao instrumentalizar e aplicar erroneamente a pregação paulina do Cristo pós-pascal. Na hierarquia católica e em outras denominações religiosas há uma parca participação da mulher no poder. Apesar dos avanços, a igreja católica e outras denominações ainda têm dificuldade de compartilhar o presbitério/sacerdócio com as mulheres.

Um ponto que merece destaque é o fato de a mulher ser refém da ditadura de concepções e práticas estéticas. Herdamos um modo de ver o corpo sob a lógica da

perfeição. Pode-se ter a mente desequilibrada e ausência de um pensar que medita, basta ter o corpo, de preferência seios, face e nádegas em perfeito funcionamento. A contemporaneidade brasileira convive com o fardo pesado do corpo da hegemonia ocidental. Esse modo de ver o corpo afeta todas as faixas etárias, etnias/raças e classes sociais, mas há um grupo que importa avaliar, as crianças e adolescentes, o que Cury (2005:53) ajuda a ponderar:

Nas crianças e nas adolescentes, o padrão doentio de beleza afeta as áreas mais importantes da personalidade. Desde cedo elas deixam de se sentir belas, atraentes e passam a ser controladas pelo desejo asfixiante de serem o que não são. Crianças e adolescentes, inclusive os garotos, querem consumir cada vez mais para tampar o buraco emocional que o sistema predador abriu.

Há uma violência físico-psicológica perpetrada pela grande mídia, em que se divulgam modelos exemplares como norma/padrão de beleza, de sexualidade e família. Em contexto de violência midiática o corpo é objeto jamais sujeito de si. Mudar essa maneira de lidar com o corpo exige educação libertadora que conduza a níveis avançados de consciência humana no mundo, a começar pelo modo como vemos a TV.

Em 2013, a TV Globo apresentou um comercial típico da maneira como se vê a mulher no Brasil, com suas exceções significativas: um homem vai ao mercado e compra um ferro de passar roupa e diz a uma funcionária: “*é um presente de aniversário!*” E acrescenta: “*é que minha esposa faz aniversário de casamento*”. O homem tira o dinheiro e não dá para pagar, e a funcionária diz: “*posso falar uma coisa, pagar com Visa é muito melhor*”. Há uma mensagem subliminar que precisa ser avaliada, ao que merece lembrar o desafio da esfinge: *decifra-me ou devoro-te*.

Parece *normal, simples, natural e sem má intenção* em dar um ferro de passar roupa de presente. É inteligível desarticular esses termos e redefiní-los sob uma orientação político - emancipatória. A TV atinge milhões de pessoas e ao entrar na sala de cada casa, não entra apenas um comercial, mas uma ideia, a que coloca a mulher em um lugar muito específico: dona de casa serviçal. A TV é, em muitos casos, reprodutora do Brasil colônia ou mesmo a própria colônia em miniatura. As ideias podem mudar vidas, mas podem também conduzi-las ao abismo.

A novela brasileira tem também sua necessidade de mudança textual, no sentido de redefinir o enredo, lugares e conceitos. A TV Globo, na novela Amor à vida, reforça o modo de ver a mulher com linguagem carregada de estereótipos, tudo isso através de personagens. Feliz, representado pelo ator Mateus Solano, por exemplo, chamou por muito tempo a sua colega de trabalho Simone, representada por Vera Zimmerman, *cadela*. Já o ator Ary Fontoura, representando com o nome Lutero sempre se referia a Aline como *piranha*, representada por Vanessa Giacomini. Já a atriz Tatá Werneck, representando com o nome Valdirene era chamada de *periguete* tanto por homens quanto por mulheres. *piranha*, *periguete* e *cadela* acabam assumindo uma função negativa na vida das mulheres, com a contribuição da TV que veicula sob a forma de texto dentro de um contexto machista/sexista.

Ao ver a tv/mídia⁸, na esteira do SINPRO-DF, deve-se fazer essa pergunta de forma permanente: o que você vê na mídia, muda sua forma de ver o mundo? O sindicato, bem como a CUT/CNTE tem revelado um compromisso com questões de nosso tempo, entre as quais a violência, a cultura de paz, bullying, sustentabilidade e meio ambiente e os efeitos perversos da grande mídia na vida das pessoas, abrangendo todas as gerações. As faces da violência são instituídas/produzidas e afetam mais as populações negras e as mulheres.

A sociedade brasileira hodierna convive com todo tipo de violência contra mulheres e populações negras, sendo que esses segmentos possuem causas e histórias em comum. Na particularidade da violência de gênero, Teles (2003:28) contextualiza a discriminação enquanto uma forma de violência:

A violência de gênero tem sua origem na discriminação histórica contra mulheres, ou seja, num longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas que visam a submissão da população feminina, que tem ocorrido durante o desenvolvimento da sociedade humana. A discriminação não deixa de ser um aspecto fundamental da violência. Significa o processo que sustenta e justifica os atos violentos.

⁸ O Sindicato dos Professores/as do Distrito Federal – SINPRO-DF tem demonstrado na prática sindical uma grande preocupação com temas contemporâneos, de forma que já organizou quatro edições de redações com assuntos da contemporaneidade: I edição em 2009: Violência! O que você pensa disso? II edição em 2011 com o tema Bullying: essa brincadeira não tem graça. III edição quem ama cuida! Cultive essa ideia e o IV em 2013, Você e a mídia: o que você vê na mídia, muda sua forma de ver o mundo? A grande mídia cumpre uma função prático-teórica em determinada sociedade humana, daí a importância de se abrir canais de consciência mais crítica no sentido de perceber o que está por trás das imagens, sons e apelações que não são ingênuas.

Mediante a histórica violência contra mulheres, a dimensão empresarial entra nesse enfoque como uma das faces recrudescidas da violência, apesar da sutileza sob a forma de encantamento e ternura. Se o ditado popular tem força histórica, a quem quem vê cara não vê coração, é também importante fazer valer uma análise mais profunda sobre o dito e o não dito das relações de poder permeadas por modos distintos de pensamentos, comunicação e linguagens.

Uma festa que empresários promovem para as mulheres, por exemplo, pode não ser tudo quando acompanhada de salários achatados e de assédios moral e sexual. Mulheres de todo o mundo precisam perceber quando se inicia um processo de dominação, exploração e escravização modernas, a fim de se poder organizar a luta e promover a cultura de paz no lar, no trabalho e na sociedade. A consciência de ser pessoa e não coisa é passo significativo para a superação de relações opressivas.

SHARPEVILLE, por sua vez, revela uma situação que não é recente na história do povo negro: chacina sem compaixão. A luta de um povo tem como promessa um mundo melhor, em que as relações sejam menos agressivas e genuinamente humanas. Já o destino não tem mentido à história: não há felicidade sem descer ao abismo da condição humana. Não se trata de justificar a dor, mas de perceber que não se bebe a felicidade como se bebe leite e água. A felicidade é travessia, tão complexa quanto o próprio caminho e as condições da jornada.

Essa travessia enquanto complexidade lembra (memória criativa e propositiva) um grande líder sul-africano: Nelson Mandela⁹. Ele não foi herói, mito, semideus ou messias prometido, mas pessoa humana capaz de sentir os apelos de seu tempo e de seu povo, articulando convicções com ensaios de liberdade e de dignidade humana. Ensaios porque a liberdade e a dignidade plenas ainda não nasceram, mas se encontram no seio da história que tende ao fim não como decadência, mas como plenitude.

⁹ Nelson Rolihlahla Mandela (18 de julho de 1918 a 5 de dezembro de 2013). Foi advogado, líder que articulou a rebeldia e a ternura. Assumiu a presidência da África do Sul entre 1994 e 1999. Ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 1993 e transformou os 27 anos de prisão injusta em novas possibilidades de existência marcadas por grandes realizações. Mandela é uma referência mundial de amor à causa negra e de responsabilidade social com a humanização de todos os povos. Sua luta não teve nada que ver com heroísmo, mas com a pujança de um espírito livre, criativo e mobilizador.

Lembra também os vários problemas ainda não resolvidos de populações negras em todo o globo, particularmente no Brasil e no Distrito Federal. Há grandes problemas e distorções a serem solucionadas, entre as quais a educacional. Henriques (2002:33) dialoga com essa preocupação ao mostrar a nudez da desigualdade:

A distribuição da escolaridade entre os negros é significativamente pior do que entre os brancos. O peso relativo dos níveis de mais baixa escolaridade é maior entre os negros do que entre os brancos e, além disso, na medida em que avançamos para níveis superiores de escolaridade, os negros perdem posições relativas frente aos brancos.

Essa realidade posta por Henriques é prova de que existe racismo sim no Brasil e no mundo, quebrando com a lógica dos racistas que defendem a inexistência desse problema ou atrelando os problemas de populações negras unicamente à classe social, ao ponto de atacarem qualquer política de ação afirmativa que venha redefinir espaços e condições étnico-raciais. Coloca em crise também o fato de se defender a ideia de “*raça humana*”, ideário sutil para negar a problemática racial produzida ao longo dos séculos. Acontecimentos em todos os cantos do mundo revelam que as sociedades ainda são pensadas e vividas a partir de referências raciais e de gênero.

Uma lembrança positiva contrasta com tão grande dificuldade humana no mundo: a força histórica de Nelson Mandela, cujas expressões étnico-racial, política e cultural trazem aos movimentos reivindicatórios um novo vigor no enfrentamento do racismo e de todas as formas correlatas de violência. Fazer memória de Mandela é mergulhar em um mar de águas profundas, muitas vezes insondáveis. É conviver com a realidade do mar, ora sacudido pela ventania, ora experimentando a calma da profundidade do silêncio que fala.

A vida de Mandela (1918-2013), feita a passagem no dia 05 de dezembro de 2013, faz refletir sobre a “*morte*”, em outras perspectivas “*desencarne*” e “*passagem*”. Diferente de outros contextos, a passagem-vida se deu com festas e com raríssimas lágrimas, revelando ser Mandela sinal vivo de uma lembrança que perpassará gerações sem fronteiras de tempo e de espaços, expressando a existência como fato que remete ao belo, festivo e genuinamente eterno.

Soweto vive! Mandela Vive e viverá! Mandela produzirá um sentimento póstumo de que educar para as relações étnico-raciais não se confunde com o ataque a qualquer etnia/raça, mas diz respeito a uma mudança profunda do modo como se convive, se relaciona, se produz a cultura e se organiza a economia/sociedade. Educação, nesse sentido, precisa ser adjetivada: deve ser crítica e emancipadora.

O sonho de Mandela se funde ao sonho de Martin Luther King e de tantos negros (as) do Brasil e do mundo. Cury (2004:86) socializa discursos do reverendo King, sendo um deles de grande impacto na vida de gerações do presente e do futuro, intitulado *Eu tenho um sonho*, proferido na Igreja Batista de Holt Street, em Montgomery, Alabama, em 5 de dezembro de 1955:

Eu tenho um sonho de que um dia, nas encostas vermelhas da Geórgia, os filhos dos antigos escravos sentarão ao lado dos filhos dos antigos senhores, à mesa da fraternidade. Eu tenho um sonho de que um dia até mesmo o estado do Mississipi, um estado sufocado pelo calor da injustiça, sufocado pelo calor da opressão, será um oásis de liberdade e justiça. Eu tenho um sonho de que os meus quatro filhos pequenos viverão um dia numa nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Hoje, eu tenho um sonho!

O sonho de King ocorreu em um contexto de luta contra todas as formas de ataque ao povo negro. Cada discurso tornou-se um discurso-vida, porque proferido por quem vivia na pele o significado de ser negro em estados racistas. A experiência de um racismo sem fronteira recoloca a sua existência como fato incontestável que precisa ser erradicado.

Ao negar a existência do racismo, sexismo, machismo e as várias faces do preconceito, quem o faz acaba por negligenciar a exigência de uma educação libertada e que ajude na libertação, além de perpetuar relações assimétricas de toda ordem e violências historicamente formatadas por sujeitos e estruturas de poder (instituições).

A crença de que há problemas a serem discutidos e superados é ponto nodal da possível libertação/emancipação. Os acontecimentos de Sharpeville, Nova York e Brasil não podem ser lembrados com lamúria e simplismo. Estão presentes em pensamentos e

práticas hodiernas, assumindo diversas feições em termos de violência contra mulheres e negros (as). Sendo mulher negra e empobrecida, reitero, triplica-se a violência. Cada lembrança deve ser situada em uma complexidade histórica, educacional, social, política e cultural.

Os dias 08 e 21 de março não podem ser celebrados como simples massacre, a violência e a dor de mulheres e negros (as). É indispensável e urgente que se faça memória comprometida, indignada, revolucionária e propositiva. Fazer memória subversiva das vítimas de Nova York, Sharpeville e Brasil ajuda a reconduzir a história, refazer conceitos e fortalecer a luta. Da mesma forma, a experiência de Maria da Penha recorda o sentido da vida que só pode ser bem vivida com liberdade, paz e relação amorosa.

Ao buscar caminhos para amenizar a dor humana, encontra-se, inevitavelmente, com a própria carne sofrida, ora vítima, ora vitimadora, no seio da história-processo. Não se celebra a dor, o sofrimento e a violação de direitos, mas se faz memória perigosa e subversiva da história dos vitimados (as).

Ao fazer memória das vítimas de SHARPEVILLE, de Nova York e do Brasil, interessa fazê-lo de maneira criativa e com proposições congruentes com a realidade, de maneira a perceber os contornos éticos, políticos e pedagógicos das vítimas. Em tempos de violação de direitos não se faz memória passiva, resignada e que naturaliza a dor humana. Por isso a importância de se lembrar acontecimentos com indignação, esperança e luta.

A luta do povo negro funde-se com outras lutas, como no caso das mulheres e outras também significativas. A defesa da vida está acima de qualquer ideologia, por isso extrapolar o nível da localidade e das ideias, porque de dimensão atemporal e sem fronteira. Ideologias são meios importantes que podem possibilitar mudanças, mas só têm valor real/concreto quando promovem a vida.

Os dias 08 e 21 de março são mais que datas previamente esperadas pelo transcorrer da história. São, antes de tudo, vidas que ceifadas por ações desumanas que trazem ao debate dentro e fora das escolas sobre o compromisso com a vida em sua integridade. Os massacres de mulheres e de negros (as) e o ataque à Maria da Penha

produziram uma memória revolucionária da história de luta de mulheres e negros (as) vítimas de opressão de toda sorte.

Duas leis são importantíssimas nesse cenário de violência e de lutas organizadas, tanto do ponto de vista das mulheres, quando em relação às populações negras brasileiras: a Lei n 10 639, de 09 de janeiro de 2003, artigo 26-A e a Lei n 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. O estudo, despertar da consciência e orientação são mais importantes do que as repressões. O ideal é que todas as sociedades cheguem ao máximo da experiência cosmológica: conviver humanisticamente sem necessidade de acúmulo de leis e decretos. A existência da lei é exatamente pela ausência de humanismo. O sonho é que o amor-cuidado, a solidariedade e a justiça social plenifiquem, podendo prescindir das leis, pareceres, decretos, tratados e convenções.

No que toca às questões das mulheres e de populações negras é preciso fazer algumas perguntas importantes: As discussões sobre relações de gênero, violência doméstica, violência contra mulheres, racismo e a contribuição da cultura afro-brasileira na formação e construção de civilizações faz parte de uma discussão permanente ou apenas em tempo de “*semana de consciência negra*” e no dia internacional da mulher? Como você trata um negro (a) que se torna seu chefe imediato e como trata um chefe quando branco (a)? Como é a sua relação com uma chefia imediata mulher? Na condição de educador (a) e de gestor (a) na escola pública ou privada, o que tem feito para promover o respeito às diferenças, a discussão sobre a história de luta de populações negras e de mulheres, de maneira a evidenciar a positividade desses segmentos no Brasil e no mundo? O marido ainda repete atitudes coloniais (receber o prato de comida na mão, toalha para o banho, casa limpa) e filhos (as) cuidados (as) sem a participação do pai/esposo? O que é melhor na convivência, ser companheiro ou ser marido?

Muitas ações podem ser feitas para melhorar as relações de gênero, étnico-raciais, trabalho e outras. Há um acúmulo de retórica que precisa avançar para a prática. Nesse sentido, penso ser importante que se desenvolvam pensamento e práticas, assim sistematizadas:

1. Escolas públicas e privadas articulem projeto que tenham em sua sistemática temas como Movimentos sociais, fazendo o recorte dos movimentos feministas e

- negro no Brasil. Nesse estudo, faria uma viagem à historicidade desses movimentos, suas maiores reivindicações, pressões sociais e conquistas.
2. Escolas públicas, privadas e organizações não governamentais promoverem o estudo sistemático das leis, convenções, decretos e acordos internacionais sobre populações negras e mulheres, resgatando aspectos significativos para contribuir no fortalecimento da luta contemporânea e ampliar a consciência sobre esses segmentos.
 3. Governos fazerem investimentos em materiais didáticos e paradidáticos atinentes às mulheres e populações negras, revitalizando bibliotecas escolares.
 4. Movimentos feministas e negros, bem como instituições que tratam da cultura e história de populações negras e de mulheres organizarem acervo bibliográfico para pesquisa sobre assuntos afins.
 5. Sindicatos articularem com movimentos sociais no sentido de fazer a luta conjunta para promover mulheres e negros no mundo do trabalho e na questão acadêmica.
 6. No campo da educação pública, governos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal promoverem a valorização dos profissionais da educação que são maioria mulheres.
 7. Negros (as) e mulheres saírem do lugar comum de lamúria na direção da reconstrução da auto-imagem e fortalecimento das identidades, a fim de dar passos significativos em termos de dignidade humana.
 8. Estender os Núcleos de Atendimento à família e aos Autores de Violência Doméstica a todas as regiões administrativas do Distrito Federal com suportes teórico, psicológico, psiquiátrico e pedagógico.
 9. Instituir Núcleos de atendimentos para pessoas vítimas do racismo em pelo menos três regiões administrativas do DF.
 10. Pais, mães e/ou responsáveis educar os filhos e filhas para uma convivência respeitosa, no amor e entre - ajuda no sentido de se construir uma posteridade livre de preconceitos, machismo e racismo. Aprender a dividir tarefas da casa já é um bom começo.
 11. Evitar a prática de “*concurso de beleza negra*”, seja na escola, seja em outros espaços. Toda pessoa possui a sua beleza inconfundível e intransferível. Ao adotar concurso de “*beleza negra*”, quem ganha sente bela (o) e quem perde, assume a fealdade como norma.

12. Universidades Públicas estenderem cotas para negros (as) em Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorado.
13. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (GDF e Governo Federal), Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros do DF e Secretaria de Políticas para Negros fazerem a discussão com empresários (as) de redes televisivas sobre a linguagem, o conteúdo e a encenação que tratam de mulheres e negros (as) em novelas.

Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal/Disque racismo e outros contatos:

Brasília	(61) 3905 – 1478
Santa Maria	(61) 3394-4110
Gama	(61) 3905-6779
Ceilândia	(61) 3905-4300
Brazlândia	(61) 3905-4293
Planaltina	(61) 3905-1488
Samambaia	(61) 3905-1779
Paranoá	(61) 3905-1779
Núcleo Bandeirante	(61) 3486-6412
Disque Direitos Humanos da Mulher	156 – OPÇÃO 06
Disque racismo SEPPIR DF	156 – OPÇÃO 07
Lei antirracismo	7.716/1989
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	9.394 de 1996
Lei da obrigatoriedade do estudo de	10.639 de 09 de janeiro de 2003

História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos de escolas públicas e privadas.	
Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros do Distrito Federal - CDDN	Telefax: (61) 3321-0579 Tel: (61) 3322-2297 E-mail: ddnpir@hotmail.com
Lei de flexão de gênero Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.	LEI Nº 12.605, de 03 de abril de 2012.
Lei do Estatuto da Igualdade Racial	LEI Nº 12. 288, de 20 de julho de 2010.
Parecer 03/2004 CNE/CP 003/2004	Regulamenta a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.
Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – CDM-DF	Email: cdmconselhodamulher@gmail.com Helena Guimarães Teixeira: secretária-executiva Telefone: (61) 3961-4624 Endereço: Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar

REFERÊNCIAS:

ALVES, Branca Moreira & Pitanguy, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BERND, ZILÁ. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CURY, Fernanda. **Martin Luther King**: o pacificador. São Paulo: Minuano, 2004.

CURY, Augusto. **A ditadura da beleza e a revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus: 2003.

SANTAYANA, Mauro. **O capitalismo e a mulher**. In: Revista do Brasil, nº 81, Março/2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida & Melo, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

HENRIQUES, Ricardo ET AL (Orgs). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: SECADI/MEC, 2007.

Biografia de Maria da Penha. Acessado em 12/12/2013:
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria da Penha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_da_Penha)

Biografia de Nelson Mandela – Acessado em 12/12/2013
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Nelson Mandela](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nelson_Mandela)

Para ONU Violência na América Latina é Epidêmica – acessado em 22/12/2013:
<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2013/11/13/para-onu-violencia-na-america-latina-e-epidemica/>

